

ATA – REUNIÃO 16/04/2021 – CEDIND**II- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL**

No dia dezesseis do mês de abril de 2021, com início às 10h, foi realizada a IIAssembleia Ordinária do CEDIND/RJ em caráter on-line (com base no Art. 3º, § 3º do Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20), em caráter excepcional, em razão da pandemia global de Covid -19, novo Corona vírus. Esta Plenária foi transmitida, via videoconferência, através do Aplicativo Meeting Google (URL da reunião: videochamada: (<https://meet.google.com/usf-wzry-bkt>), instalado no celular ou no computador que permite a conversa entre os participantes através de vídeos e áudios, da qual em resumo registra-se o seguinte:

PAUTA

I-Avaliação da situação do prédio do antigo museu do índio (Aldeia Maracanã) e denúncias de agressão a indígenas;
II-Atualização do Plano de Ação 2021 das comissões temáticas do CEDIND;
III-Infraestrutura administrativa do CEDIND;
IV-Infomes:
- Vacinação dos indígenas em contexto urbano no Rio
- Nota técnica sobre PL 119/2015 sobre mudanças no Estatuto do Índio

**CONSELHEIROS TITULARES, SUPLENTE
E CONVIDADOS PRESENTES:**

Presidente Tukano(Presidente do CEDIND), Presidente Nino(Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM e Fundação Darcy Ribeiro), Nicolas Alexandria (UFRJ), Regina Antonietta Guerra (SEAPA), Carmelita Lopes (MRP), Graciela Pagliaro (SES), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Deusimar Correa (SEDSODH), Cristina Penna (SEDSODH), Raissa (SEDSODH), Matilde Dias (SEDSODH), Aldeia Jacutinga, Marize Vieira (ISPOAJ) Tekai (Aldeia Iriri), Maria Tânia (Pataxó do Iriri)

JUSTIFICARAM AUSENCIA:

Mariana Paladino(ABA), Luiz Pellon(UNIRIO), Virginia Totti (PUC-RIO), Ana Lúcia Pontes (Fiocruz).

Toni passa a palavra a Marize que informa sobre a necessidade de deliberação da Aldeia Maracanã solicita a inversão de pauta. O presidente Tukano abre a reunião agradecendo a presença de todos. Fala sobre a troca de gestão e governo e que a pauta da Aldeia Maracanã é muito extensa. O Presidente Nino agradece a todos a presença e informa sobre o Fórum Comunidade Tradicional que, desde 2014, cobra saneamento das aldeias. E que a Aldeia Araponga foi contemplada e já confirmada um valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte mil reais), para projetos que irão ser concluídos esse ano. Informa que o prefeito do município cortou muitas coisas como cesta básica, cartão de alimentação e gostaria de expor aos conselheiros e convidados a solicitação de um ofício através do CEDIND para o prefeito do município solicitando ajuda devido a promessas já feitas antes das eleições, foi retirando ainda desde novembro do ano de 2020 o cartão alimentação no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para a comunidade de Parati (5 aldeias). Sobre a saúde indígena informa que foi contemplado pela SESAI um carro novo para a aldeia Araponga, porém ainda não foi contratado o motorista e solicita ao CEDIND fazer um ofício ao coordenador do SESAI para a contratação do motorista. Quem foi indicado e trabalha voluntariamente é o Vilmar que apoia a causa e não tem recurso. O encaminhamento do ofício é para o Conselho de Saúde em Curitiba. Informa que no ano de 2021 houve nova eleição e foi substituído o presidente local de saúde não sendo mais o Sr. Lucas. Informa em nome do Darcy Tupã(filho da Pajé Lídiada aldeia Mata Verde Bonita que foi eleito como assessor de saúde do Estado do Rio de Janeiro, sendo braço direito das Aldeias do Estado do Rio de Janeiro. Pede para o Darcy Tupã seja colocado no grupo do CEDIND como assessor indígena de saúde do Estado. Graciela (SES) parabeniza ao Presidente Nino pelas conquistas e informa que um dos pedidos da assessoria é que o SESAI tem uma cadeira no Conselho e que esse assessor poderá ocupar essa cadeira no CEDIND. Reforça o pedido do Presidente Nino sobre o ofício para o município e a contratação do motorista. Toni explica que o Fórum é uma entidade convidada e eles indicaram um representante no ano passado (2020), não tendo direito a voto, porém tem direito a voz na qual a representante era a advogada Tatiana Duarte e mais uma advogada chamada Luana, caicara da região, que foi indicada recentemente, apesar de não estarem presentes estão integrados. Cabe solicitar ao coordenador regional da SESAI, Valter Viana, para fazer a indicação formal do Darcy Tupã, ficando o Paulo Alberto como suplente. Os ofícios ficam para semana que vem, sendo para a prefeitura repor o apoio de segurança alimentar e o pedido do motorista a SESAI, estando em uma situação irregular, precisando o motorista ser contratado. O Presidente Tukano questiona a inversão de pauta. Toni informa que na contagem tem 10 votos válidos, porém sendo 12 para o quorum. O Nicolas(UFRJ) faz uma indicação baseada no que o Presidente Tukano ressaltou de que todos precisam ser ouvidos, a deliberação seria possível na medida em que tivesse narrativas das mais diversas sobre o conselho formar de alguma maneira uma compreensão sobre o problema da Aldeia Maracanã. Carmelita (MRP) E se dentro do nosso espaço onde outras instituições foram convidadas e não quiseram estar, inclusive o SESAI que chamava de um “tal conselheiro” é injusto que nós não tenhamos direito de dizer aqui qual é aquilo que temos como versão. As deliberações de se fazer uma live, inclusive com todos os presentes que queiram estar para poder ter a palavra e se manifestar é uma proposta, mas aqui primeiro as instituições em contexto urbano que tiveram dentro da Aldeia Maracanã desde a época que era Instituto Tamoio dos Povos Originários, desde época que foi o local onde o movimento Tamoio se organizou. isso precisa ser colocado aqui junto com todas as instituições e todos os atores

aqui que fizeram parte. Isso precisa ser ouvido aqui, hoje ou quando tiver um quorum porque essa versão o CEDIND nunca teve. Sérgio pede a palavra e faz um comentário de que é apoiador da Aldeia Maracanã desde o início, vivenciou parte do processo. Informa que acha um equívoco o CEDIND virar um divã da Aldeia Maracanã. Que as várias situações como violência física, como uma série de relatos e denúncias e que estão hoje no caminho da criminalização, estão em delegacia de polícia. O que o CEDIND deveria focar era em uma pressão no Governo do Estado para restauração do bem. Vários secretários de cultura ficam enrolando desde o governo Cabral e existe uma responsabilidade objetiva da Secretaria Estadual de Cultura e o Governador e o CEDIND deveria focar em conquista de política pública e não em problemas que passaram de problemas políticos para problemas pessoais e agora virou um problema de polícia. Que o CEDIND tem que acolher as reclamações seja lá de quem for é encaminhar para os órgãos públicos como a Defensoria Pública da União, a DPU, O CEDIND foi criado para construir políticas públicas e não para ser o divã de problemas que ocorreram lá atrás. Acho lamentável essa divisão do movimento indígena e até certo momento a posição dos Potiguaras era construir pontes e a partir do momento que isso vira questões de agressões físicas passa a não ser conosco. Para finalizar, houve uma discussão no ano passado sobre a insegurança do prédio, o CEDIND deveria agir sobre essa questão, o prédio está abandonado há muito tempo, tem pessoas morando ali e que não são apenas nossos parentes, com crianças pequenas. O Xavante está lá com 3 ou 4 crianças pequenas, juntamente com a população de rua. Quando chove a população de rua não tem onde se abrigar e vão para lá. A questão é sobre a segurança daquele prédio. Foi produzido um ofício pelo CEDIND e gostaria de propor que se dentro de 10 ou 15 dias o corpo de bombeiro, a defesa civil quem tem responsabilidade legal não for averiguar as condições do prédio, que o CEDIND encaminhe para o Ministério Público, para a DPU, para a Defensoria Pública. O movimento indígena tem várias propostas para uso daquele espaço e não é o CEDIND que resolve isso. Emergencialmente com a situação do prédio para garantir a vida das pessoas e a segurança. E pressionar o governo do Estado pelo cumprimento da promessa de criar no prédio um centro cultural indígena. Toni informa que o CEDIND em janeiro de 2021 fez dois ofícios com relação ao pedido de vistoria técnica do prédio em função do risco provável a integridade física dos ocupantes, não só dos que estão morando lá e de pessoas que participam de eventos organizados. Ofício foi dirigido ao INEPAC (órgão responsável pelo tombamento do prédio) junto com a prefeitura do Rio de Janeiro, e encaminhou também um ofício a Secretaria de Defesa Civil, não tivemos nenhum retorno. O CEDIND precisa cobrar, pois caso algo venha a acontecer pode ser responsabilizado. Leon Araujo (INEPAC) representante da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa confirma o recebimento do ofício no dia 17 de março de 2021. Comentou o assunto com o diretor e os arquitetos para o começo do planejamento sobre a vistoria no prédio. Existe um impeditivo da secretaria que é sobre o decreto do CORONA VIRUS, onde várias pessoas ficaram afastadas. Devido a isso todas as atividades presenciais foram suspensas em todos os setores. O Presidente Tukano fala sobre a audiência pública que foi remarcada e que precisa ser cobrado do governo, que foi entregue o dossiê completo com realizações e projetos sobre a Aldeia Maracanã, e essa proposta está desde 2006. Em 2012/2013 foi dado ordem para saída de todos com 200 homens armados. O prédio foi adquirido pelo Estado do Rio de Janeiro passou a não pertencer mais ao governo da União, passou a pertencer de 16/07/2012 ao Estado do Rio de Janeiro. O dossiê foi entregue ao então secretário Ruan Lira. Quando foi pedido ao Governador no primeiro mandato foi cobrado no dia 12/04 do primeiro ano. A Aldeia Maracanã representa a nível estadual e tem uma visibilidade muito grande. Marize (Aldeia Jacutinga) contribui seguindo na pauta que o prédio já tem perdido em última instância a reintegração de posse para o CESAC e a reintegração para o Estado já ganhou em última instância e mostra a sua preocupação não só sobre a condição adversa em que tem dentro da Câmara dos Deputados Estadual, onde alguns deputados defendem a demolição do mesmo para outro tipo de construção como shopping, estacionamento e afins. Isso é preocupante porque e todas as trocas das secretarias os documentos são perdidos. E na carta compromisso do Sérgio Cabral estava a construção do CEDIND, onde não foi cumprida a palavra e gastaram muito tempo e dinheiro indo em secretaria exigir que o documento fosse cumprido durante anos de luta para que hoje o CEDIND existisse. No último dia, o CESAC saiu, porém o trabalho continuou com as lideranças do Brasil, inclusive o tio do Xavante que se encontra na Aldeia Maracanã. O projeto passa a ser construído pelas cinco macrorregiões do Brasil na voz dos povos indígenas. Precisa provocar uma audiência pública na câmara de deputados estaduais, na câmara de vereadores do município do Rio de Janeiro, as Secretarias que fazem parte desse projeto como Direitos Humanos e a Cultura. Exigir uma audiência com o Governador e o prefeito do Estado. A totalidade está dentro do CEDIND. Toni contribui com a fala da Marize e informa que em março de 2013 o governo do estado através do Governador Sérgio Cabral junto com o Secretário de Direitos Humanos Zaquie Teixeira fizeram duas cartas se comprometendo com a criação do Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas e na criação do Conselho dos Direitos Indígenas o que são fatos. Em março também houve a ação da polícia a mando do governador que fez a desintração truculenta dos indígenas da Aldeia Maracanã. Os que moravam lá foram alojados em um acampamento precário no alto do Curupaiti em Jacarepaguá por um ano e meio em containeres. E receberam como compensação do Estado um prédio no conjunto minha casa minha vida que hoje é chamado de Aldeia Maracanã Vertical (são 20 apartamentos com famílias indígenas). Em julho de 2013, depois da desintração, o estado indicou a secretária Adriana Rattes para reabrir o diálogo com o movimento da Aldeia Maracanã e reuniões abertas foram formados grupos de trabalho, onde na ocasião foi comentado o recuo do governador sobre a derrubada do prédio e o compromisso que iria assumir que o prédio seria tombado, restaurado e destinado ao Centro de Cultura Indígena. Ainda em julho de 2013 o INEPAC promoveu o tombamento do prédio documentado e publicado no DO e, na mesma semana, a prefeitura do Rio de Janeiro através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade também fez o tombamento do prédio. Em dezembro, o governo do estado publicou um decreto do governador afetando o prédio já tombado para a secretaria de cultura com o objetivo específico de criar nele o centro de cultura indígena como estava acordado. Em maio de 2014, o prédio da Aldeia Vertical foi concedido aos índios com base num documento atestando os que moravam na Aldeia Maracanã e não tinham para onde ir e foram transferidos para um bloco no conjunto do Estácio e passaram a morar nos 20 apartamentos de uma forma precária e tendo que pagar as taxas, o pagamento da mensalidade do prédio com pagamento diferenciado aos que foram desalojados em nome da prefeitura do Rio e tiveram suas taxas abonadas por terem sido removidos. Isso

é uma pendência que o secretário de direitos humanos deve retomar e conseguir que os índios que estão na aldeia vertical também tenham direito ao mesmo abono de pagamento que os removidos da prefeitura. Maria Tânia é representante titular conselheira da Aldeia Pataxó do Iriri e com a chegada dela na reunião e da Deusimar passa a ter um quorum constituído. Leon complementa que após uma conversa rápida com o Chefe de Gabinete, marcaram uma nova reunião para a próxima semana e informar o real encaminhamento. Toni retoma a fala e diz que apesar de não ter tido deliberação sobre o assunto da Aldeia Maracanã, o tema é complexo e que desde 2006 com a ocupação inicial dos grupos indígenas que fez parte o Carlos Tukano, Marize Guarani sendo testemunhas e atores desde a origem e, que muita coisa se passou até a desintrusão e que hoje tendo vários conselheiros que tomaram conhecimento do assunto Aldeia Maracanã. Informa a todos que compareceu no prédio da Central do Brasil o Prof^o Michael Baré, denunciando que tinha sido agredido no dia da segunda dose da vacinação no antigo prédio do Museu do Índio, e veio junto à família Xavante que também fez denúncias de ameaças, agressões a falta de acessibilidade a água potável e que a denúncia está documentada por um advogado da Secretaria de Direitos Humanos, não tendo conhecimento que o encaminhamento formal tenha sido enviado ao CEDIND e que precisa ser deliberado se isso é um assunto para ser encaminhado ao Ministério Público DPU, DPE, pois saiu da esfera institucional, dos direitos humanos sendo uma esfera crucial. Pede o pronunciamento da Deusimar (SEDSODH) sobre o fato. A Carmelita questiona a SEDSODH onde os índios poderiam ser alocados, já que existem muitos programas e projetos de vulnerabilidade social do Estado. Deusimar (SEDSODH) informa que foram encaminhados para a Defensoria Pública do Estado e a mesma ficou de dar um posicionamento para após passar para a Defensoria da União. Em resposta a Carmelita tem o programa PPDH que faz todo o apanhado e da um direcionamento as famílias em risco. Informa que fez uma campanha de valorização do povo indígena o Rio mais Indígena e que estará colocando para conhecimento de todos. Comprometeu-se de falar com o advogado da denúncia passando um relatório no grupo. Carmelita (MRP) Questiona qual a dificuldade que a secretaria tem encontrado para ser criado um email institucional do CEDIND. Matilde (CEDIND) esclarece que o email institucional é apenas fazer uma solicitação e em relação as gravações das reuniões já está sendo disponibilizados aos setores uma sala Zoom para as reuniões virtuais ficarem gravadas. Toni faz a leitura da pauta, devido o Presidente Tukano estar com problemas de visão. Foi tratado o item 1 relação a situação do prédio do antigo museu e das agressões, o plano de ação que era o item 2 na realidade foi disponibilizado e esse plano de ação foi validado na reunião de dezembro 2020 e parece que agora os coordenadores de comissão atualizem, façam a releitura do documento com novos projetos que estão em andamento como a vacinação dos indígenas que foi feita pela comissão de saúde e não estão contemplados e na próxima reunião as comissões apresentem seus planejamentos para o exercício de 2021 e possivelmente a coordenação de conselhos vinculados possa providenciar a republicação do documento já atualizado tendo em vista o que realmente será feito 2021. A Cristina Pena (SEDSODH) esclarece que com a pandemia vivida a maioria dos conselhos baseados nos decretos do Governador do Estado fizeram prorrogação de mandato dos conselhos, alguns prorrogaram também a mesa diretora. No caso do CEDIND cumpriu se o mandato e foi feito foi uma recondução baseado no decreto de pandemia que diz sobre a recondução dos conselheiros e do presidente. Precisamos fazer as substituições, a resolução que esta no gabinete do secretario se refere as substituições de conselheiros e que, teríamos ou não que republicar essa recondução. Como existem conselheiros que não fazem mais parte não cabe publicar os nomes de todos, se publicar a recondução, tem que destacar na resolução somente os conselheiros reconduzidos. Solicita que se faça os resgates de todas as publicações para estar constando em ata as deliberações que foram feitas. Toni continua com a pauta sobre o plano de ação e a atualização foi postada a versão que está em vigor. Os integrantes do CEDIND que queiram compor alguma comissão que esteja na relação da terceira página, podem estar se colocando a disposição dos coordenadores do próprio grupo CEDIND. E a sugestão é que cada coordenador convoque a sua comissão para discutir o plano de ação que será executado neste ano de 2021 e que na próxima reunião ordinária possa estar recebendo o plano de cada comissão. **Uma primeira missão da secretaria executiva será atualizar a questão dos emails.** Outro informe é sobre a questão da vacinação indígena que foi uma iniciativa bem sucedida da comissão de saúde. A Marize (Aldeia Jacutinga) informa que a vacinação do povo indígena não é uma questão geográfica e sim herança genética. E devido a essa informação só pertencer ao conselho, esta informação vazou e foi parar nas redes sociais com caravanas vindo do estado de Minas Gerais para se vacinar. Baseado nestes fatos a vacinação foi suspensa por conta dos problemas que poderiam ser gerados, inclusive no grupo da Aldeia Maracanã. E que alguns indígenas foram contra a vacina. No primeiro dia apenas uma pessoa faltou e que foi vacinada no segundo dia. No segundo dia teve falta de uma pessoa e que não entrou mais em contato para a vacinação. No terceiro dia todos se vacinaram, chegando a 80 indígenas vacinados. Onde foram dias gratificantes. Toni (AIAM) esclarece o ponto sobre o vazamento da listagem da vacinação e da caravana de Minas Gerais, em nenhum momento a comissão de saúde na sua interface com a Secretaria Municipal de Saúde solicitou interrupção para a vacinação. O que se pediu foi que a vacinação que estava sendo articulada pelo CEDIND começasse no outro dia e em outro local. E a Secretaria Municipal pleiteou que fosse a vacinação em três dias para que houvesse uma diminuição de presença indígena e acabou disponibilizando um local ideal que foi a Clínica Ricardo Lucarelli ao lado da Aldeia Vertical na Frei Caneca. Hoje às 15h têm uma reunião da comissão de saúde do CEDIND que já esta confirmada e será provavelmente será discutido a continuidade do processo dos 7.500 indígenas urbanos no município do Rio de Janeiro ainda existem outros 30 mil espalhados pelo Estado e acredito que a Dra. Graciela irá colocar esse tema em pauta para o desenvolvimento das ações do CEDIND já que é um organismo estadual. Dra. Graciela (SES) toma a palavra que a questão da COVID e da vacinação trouxe a tona uma questão dos indígenas em contexto urbano e que não é só no estado do Rio de Janeiro, mais no Brasil inteiro, onde houve uma pressão, documentos do STF recomendando a vacinação dos indígenas no contexto urbano em alguns estados que não tem aldeias como o Piauí, foi aberto a vacinação para todas as pessoas auto declaradas indígenas. Outro ponto importante é que o Alberto da SESAI coordenador da área de saneamento (representante da SESAI em Curitiba) confirmou presença na reunião de hoje onde continuamos a conversar sobre a água e o saneamento que é a prioridade da comissão. Toni (AIAM) informa que no processo de vacinação todos foram identificados com seus celulares e whatsapp e que houve dois ou três Puri que foram indicados pela GRUMIM da Eliane Potiguara e que não há nenhum problema e que as organizações representativas do

CEDIND indiquem indígenas de quaisquer etnias. O último item da pauta foi a nota técnica elaborada pelo grupo de trabalho de antropólogos e da advogada Virginia Totti do CEDIND, o grupo foi constituído e coordenado pela Mariana Paladino, integrado pelo Nicolas Alexandria do Museu Nacional, André Videira pela Isabel Missaglia que representam a Rural no CEDIND, fizeram um trabalho de muita consistência e pede ao Nicolas um informe com relação ao documento que foi postado no grupo do CEDIND e não foi contestado, podendo ser encaminhado a Casa Civil e a outras instituições como documento oficial do CEDIND. O Presidente Tukano encerra a reunião após toda a pauta ter sido contemplada, informando que o calendário das reuniões seguirá o regimento Interno e que esta para ser publicado em Diário Oficial.

ORDEM DO DIA:

- 1 - Ofício foi dirigido ao INEPAC;
- 2 - Ofício para o prefeito do município solicitando ajuda cesta e motorista;
- 3 - Darci Tupã seja colocado no grupo do CEDIND;
- 4 - Posição sobre as denúncias da Aldeia Maracanã;
- 5 - Resgate de toda a publicação do DO;
- 6 - Comissão Temática para discutir o Plano de Ação 2021
- 7 - Atualização dos emails
- 8 - Nota Técnica enviar a SECC